

# DROGAS: PREVENÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR\*

BEATRIZ CARLINI-COTRIM

do Centro Bras. de Inform. sobre Drogas Psicotrópicas/EPM e

FÚLVIA ROSEMBERG

da PUC-SP e da Fundação Carlos Chagas

---

## RESUMO

O presente trabalho descreve levantamento feito junto a 79 escolas paulistas de 1º e 2º graus sobre atitudes e atividades dos diretores e professores em relação à questão do abuso de psicotrópicos. 50 escolas (63,3%) responderam ao questionário e 44,8% destas afirmaram ter desenvolvido alguma atividade abordando o tema "drogas" nos últimos dois anos. Estas atividades tiveram, na maioria dos casos, caráter esporádico, e foram promovidas por entidades médicas, religiosas, policiais ou filantrópicas. Os professores pesquisados (Ciências, OSPB, Comunicação e Expressão) também disseram abordar freqüentemente o tema em sala de aula, embora somente 16% tenham recebido alguma formação específica para tal. Esses dados são discutidos à luz das teorias recentes sobre prevenção ao abuso de drogas na escola.

## ABSTRACT

The study discusses a survey on 79 schools in the State of São Paulo, about headmasters' and teachers' attitudes and activities concerning drug abuse. 50 schools (63,3%) have answered the questionnaire and 44,8% of them have informed some activity had been done concerning "drugs" in the previous two years. Most of these activities had been sporadic, and promoted by medical, religious, police or philanthropic institutions. Teachers of Sciences, Portuguese language and Brazilian socio-political organization also said they frequently discussed the subject in the classroom, though only a small percentage of them had received specific training for that. These data are discussed in the light of recent theories on drug-abuse prevention at school.

---

\* Este texto refere-se a uma das etapas do projeto de pesquisa "Prevenção ao abuso de Drogas na Escola: um balanço sobre a situação brasileira", que conta com o auxílio financeiro da FAPESP e AFIP e a participação de Fúlvia Rosemberg, Beatriz Carlini-Cotrim e Ilana Pinsky.

A bibliografia brasileira sobre o uso ou abuso de drogas entre estudantes é relativamente numerosa quando comparada a outros temas que associam educação e saúde. Ocorre, porém, que a maioria das pesquisas, geralmente elaboradas no contexto de centros ou núcleos vinculados à área de saúde, parecem utilizar estudantes como sujeitos por razões contingenciais (a escola tem sido um bom reservatório de sujeitos para pesquisas de diferentes naturezas) praticamente nada tendo a ver com educação. Assim, o foco central das pesquisas tem sido avaliar a incidência do uso de drogas entre estudantes de ambos os sexos que freqüentam os diferentes níveis escolares, provenientes de diferentes regiões do país (Simões & Simões, 1976 e 1977; Zanini et al., 1977; Weintraub et al., 1976 e 1978; Stewien & Marcondes, 1979; Murad, 1979 e 1982; Ruffino Netto, 1981; Simões, 1982; Gorenstein et al., 1983; Szego et al., 1985; Plotnik et al., 1986; Brenes et al., 1986; UFBA, 1988). São raras as que tentam uma interpretação mais ampla que articule o comportamento dos estudantes diante do uso de drogas aos padrões culturais da sociedade brasileira (Carlini, B. et al., 1986; Carlini-Cotrim & Carlini, 1987; Carlini, E. A. et al., 1989).

No tocante aos aspectos descritivos relativos aos sexos, tais pesquisas apontam para o fato de que as mulheres-estudantes, freqüentando os diferentes níveis escolares, usam drogas com menor freqüência que os homens. O padrão de uso de drogas entre estudantes homens e mulheres também diverge quanto ao tipo e à forma de obtê-las. Assim, as estudantes tendem a usar, mais que os rapazes, tranqüilizantes e anfetaminas, algumas vezes mediante receita médica (Murad, 1982). O uso do álcool se faz, entre as moças, principalmente em casa ou em festas, ou seja, no espaço privado. "A oposição entre padrão masculino e feminino de ingestão de álcool tem origem bastante cedo. Tanto que a mulher adolescente não bebe somente menos; ela parece beber de maneira distinta. Assim é que o próprio contexto em que o beber se dá pode diferir: a adolescente de sexo feminino bebe, fundamentalmente, em ambientes domésticos, sendo o beber público (no bar e nas ruas) acentuadamente masculino" (Carlini, B. et al., 1986, p.283). À parte o tabaco e o álcool, as pesquisas indicam também um número relativamente baixo de estudantes de ambos os sexos que fazem uso ilícito de drogas.

A extensa pesquisa coordenada pelo Centro Brasileiro de Informação Sobre Drogas Psicotrópicas (da Escola Paulista de Medicina — EPM), sobre o consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987, dedicou uma parte à análise da situação entre estudantes de 1º e 2º graus residentes em dez capitais. A pesquisa detectou um consumo significativo de drogas (entre as quais álcool e tabaco), porém um contato somente experimental com drogas como os opiáceos ou a cocaína. À exclusão do álcool e do tabaco, as drogas mais usadas nas capitais pesquisadas foram os solventes, os ansiolíticos, a maconha e as anfetaminas, sugerindo homogeneidade da população estudantil neste aspecto (Carlini, E. A. et al., 1989, p.59).

As variáveis associadas ao uso de drogas revelam homogeneidade entre as capitais, no que diz respeito ao predomínio de usuários entre estudantes que trabalham e com atraso escolar de três ou mais anos de estudos. Apoiando-se em trabalhos estrangeiros, a discussão destes resultados se encaminha no sentido de interpretar este uso

entre adolescentes e homens como uma forma de lidar com conflitos provenientes de tensões que vivem no confronto com as instituições sociais, principalmente família e escola. O fato de trabalhadores-estudantes tenderem a usar drogas com maior freqüência sugere interpretação neste sentido, como também indica uma maior autonomia monetária e de circulação entre jovens de sexo masculino, o que lhes permitiria escapar do controle familiar.

A mesma pesquisa encontrou um maior consumo de psicotrópicos entre homens que entre as mulheres apenas em duas capitais: Fortaleza e Recife. "Esse achado aponta para diferenças regionais de caráter cultural, onde o predomínio de valores mais tradicionais em relação a papéis sexuais determinaria, naquela região, menor contato das mulheres com psicotrópicos. Esses valores não seriam tão fortes nas outras regiões pesquisadas, daí a diferenciação, nos locais restantes, dar-se apenas através da opção por drogas distintas. As mulheres se resguardariam dos preceitos usando drogas na forma de medicamentos, como os ansiolíticos e as anfetaminas; e os homens consumiriam maconha, tabaco e álcool, explicitamente com a finalidade de produzir efeitos psicológicos. Outra possível explicação para o maior uso de ansiolíticos e anfetaminas, pelas mulheres, seria admitir que as mesmas são 'educadas' para utilizar esses medicamentos por serem mais 'ansiosas' e 'nervosas' e, ainda, por serem valorizadas exclusivamente em função de seu aspecto físico. Essa 'educação' far-se-ia através da propaganda desses medicamentos (inicialmente aos médicos, desses às mães e, finalmente, às filhas), conforme denúncias em várias partes do mundo..." (Carlini, E. A. et al., 1989, p.60).

Pesquisa específica sobre o uso de bebidas alcoólicas entre estudantes de 1º Grau na cidade de São Paulo contém uma das raras reflexões sobre suas implicações escolares (Carlini, B. et al., 1986). Além de constatar que as categorias "bebedor regular moderado" e "regular excessivo" são nitidamente mais freqüentes entre os rapazes que entre as moças (23% e 14% respectivamente), o texto pondera que "o uso intensivo de álcool poderia (...) ser mais um dos numerosos elementos associados ao abandono da escola dos estudantes de baixa renda" (Carlini, B. et al., 1986, p.284). A pesquisa revela, também, que uma parcela dos estudantes que bebe excessivamente informou já ter faltado ou ter tido problemas escolares decorrentes do consumo de álcool. Estas observações sugerem uma circularidade nas interações entre sistema escolar, estudantes e uso de drogas (o álcool): dificuldades de ajuste proporcionariam o consumo de álcool que acarretaria intensificação do desajuste.

Estas pesquisas sugerem, também, caminhos para se tentar compreender o miúdo da trajetória escolar de homens e mulheres: ajustamento mais fácil das mulheres à escola e comportamentos de oposição ou resistência menos disruptivos (que se manifestam inclusive no padrão de consumo de drogas) que poderiam acentuar, principalmente na adolescência, sua maior aderência ao sistema de ensino.

A pesquisa de 1987, realizada pelo Centro da EPM, foi atualizada (Carlini, E. A. et al., 1990) em 1989, avaliando, fundamentalmente, dois padrões de usuários de drogas: o usuário na vida e o usuário freqüente. O usuário na vida é aquele que usou pelo menos uma vez na vida um ou mais

dos psicotrópicos pesquisados. O usuário freqüente é aquele que usou 6 ou mais vezes no último mês pelo menos um dos psicotrópicos pesquisados, à exceção do álcool e tabaco. As drogas psicotrópicas pesquisadas foram: as anfetaminas (na forma de remédios para emagrecer ou ficar acordado); os ansiolíticos ('calmantes'), os anticolinérgicos (chá de lírio e o Artane<sup>®</sup>); os barbitúricos (remédios para dormir), a cocaína, a maconha, os orexígenos (remédios para dar apetite), os solventes (lança-perfume, cola de sapateiro, benzina, éter etc.) e os xaropes (remédios para tosse à base de codeína ou zipreprol). Só foi considerado usuário aquele que fez um uso não médico destes produtos.

Os resultados, em São Paulo, foram transcritos na Tabela 1.

TABELA 1

**Porcentagem de estudantes que usam drogas, conforme o tipo de uso, segundo a rede de ensino e localização das 79 escolas de 1º e 2º graus pesquisadas. Estado de São Paulo, 1989**

| REDE DE ENSINO E CIDADE | TIPO DE USO |           |
|-------------------------|-------------|-----------|
|                         | na vida     | freqüente |
| Particular              |             |           |
| São Paulo               | 34,4        | 3,5       |
| Estadual                |             |           |
| São Paulo               | 30,6        | 3,9       |
| Bauru                   | 26,4        | 3,1       |
| Catanduva               | 28,4        | 2,2       |
| Piracicaba              | 34,2        | 5,6       |
| Santos                  | 27,7        | 2,7       |

Fonte: Carlini, E. et al., 1990.

As drogas mais usadas, tanto para o uso na vida como o uso freqüente foram, em ordem decrescente, os solventes, os ansiolíticos, as anfetaminas e/ou maconha. Esta hierarquia de preferência foi homogênea em todos os outros estados pesquisados.

Em relação ao resto do país (foram pesquisadas ainda as cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador), a rede estadual de São Paulo apresenta um dos maiores índices de consumo de drogas, juntamente com o Rio de Janeiro (29,3%) e Belo Horizonte (34,2%). Na rede particular de ensino, São Paulo lidera, seguido por Brasília.

Carlini E. A. et al. (1990) consideram estes dados preocupantes, principalmente se vistos à luz do estudo realizado em 1987 (Carlini, E. A. et al., 1989). Comparando-se os dois trabalhos, constatou-se um aumento de mais de 20% nas porcentagens de respostas afirmativas quanto ao uso de drogas. Dado o procedimento aplicado (questionário), é possível problematizar o significado desse aumento percentual, que poderia indicar um maior consumo efetivo de drogas e/ou menor censura entre os estudantes em 1989.

De toda maneira, argumentam os autores, o uso de drogas entre os estudantes do Brasil parece ser menor do que os dos países europeus e EUA e se caracteriza, funda-

mentalmente, pela utilização de substâncias lícitas. Os opiáceos como heroína e morfina, drogas de uso bastante problemático, não são abusadas aqui e a cocaína apresenta índices muito pequenos de uso (0,7% em média, no Brasil).

Apesar destas informações, relativamente numerosas e sistematizadas, sobre o uso de drogas entre estudantes, pouco se sabe o quanto e o como as escolas desenvolvem ações concretas de prevenção ao abuso de drogas.

No intuito de preencher esta lacuna procuramos, através do presente estudo, avaliar como as escolas paulistas desenvolvem atividades curriculares ou extra-curriculares que visam abordar, discutir ou prevenir o uso de drogas. Para tanto, efetuamos um levantamento junto a escolas do estado de São Paulo (SP, Bauru, Catanduva, Piracicaba e Santos) sobre atitudes e atividades da direção destas escolas e dos professores de Ciências, Comunicação e Expressão, Organização Social e Política Brasileira — OSPB e Educação Moral e Cívica — EMC sobre a questão dos psicotrópicos.

#### COLETA DE DADOS JUNTO ÀS ESCOLAS

Foram pesquisados 79 estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus do estado de São Paulo. Estas escolas foram as mesmas amostradas, em São Paulo, na pesquisa anteriormente mencionada, realizada por Carlini, E. A. et al. (1990), sobre o uso de drogas entre estudantes brasileiros.

A amostra deste estudo foi estratificada, levando em conta variáveis como localização do estabelecimento de ensino, número de turmas e turnos existentes. Os dados de referência para a constituição desta amostra foram obtidos junto à Secretaria de Estatística do Ministério da Educação e Cultura (SEEC/MEC) e de estudos de Bussab e Dini (1985) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (1988). Maiores detalhes podem ser obtidos em Carlini, E. A. et al. (1990).

A ampla maioria das escolas investigadas no país nessa pesquisa anterior pertencia à rede estadual de ensino. Somente em quatro capitais estudaram-se, também, estabelecimentos que pertenciam à rede particular, entre elas São Paulo. Obviamente, tal recorte foi determinado por questões de capacidade financeira e de pessoal e não por desinteresse em estudar mais amplamente o problema.

Com isso, ao adotarmos a mesma amostra desse estudo, a nível de estado de São Paulo, obtivemos a seguinte distribuição das escolas: 42 na capital (26 estaduais, 16 particulares); 10 em Bauru; 7 em Catanduva; 10 em Piracicaba e 10 em Santos. Todas as escolas do interior do estado pertenciam exclusivamente à rede estadual de ensino.

Para todas elas foi enviada correspondência em nome do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, da Escola Paulista de Medicina, ou seja, a mesma entidade que coordenou a coleta de dados do estudo de Carlini, E. A. et al. (1990). Tal procedimento visou otimizar o índice de respostas à correspondência, uma vez que as escolas já haviam sido visitadas por pesquisadores dessa instituição que apresentaram, na ocasião, ofícios dos Ministérios da Saúde e da Justiça, apoiando aquela pesquisa. Isto, em tese, aumentaria a confiança e a atenção da escola e dos professores no preenchimento e envio dos questio-

nários, o que efetivamente se confirmou na prática. Para as escolas que não responderam à primeira correspondência foi enviada uma segunda via, reiterando a importância da resposta. Nos casos em que, mesmo assim, não houve retorno, uma terceira via foi remetida.

A correspondência continha uma carta à direção da escola, explicando os objetivos da coleta de dados, e quatro questionários: um destinado à direção da escola e outros três a professores de Ciências, OSPB/EMC e Comunicação e Expressão. A escolha dos professores de Ciências foi norteada pelo fato de a atual lei de entorpecentes do país (Lei 6368/76) atribuir a esta disciplina a função de "esclarecer sobre a natureza e efeitos de substâncias entorpecentes..." (capítulo I, parágrafo único). Os professores de EMC e OSPB integraram a coleta de dados por serem eles que, na década de 70, tinham a atribuição de discutir e informar sobre drogas (Donato, 1970), prática que, talvez, possa ter se mantido até hoje. Finalmente, os professores de Comunicação e Expressão foram inquiridos por termos indícios, através de contato com profissionais desta área, de que é bastante freqüente a discussão do tema "drogas" nesta disciplina em sala de aula, por adotar livros ou textos para interpretação cujo conteúdo aborda este assunto.

Devido ao pequeno número de escolas amostradas, os resultados foram agrupados sem discriminar cidades ou rede de ensino. No caso de haver alguma peculiaridade interessante, esta foi comentada no rodapé da tabela.

#### ATIVIDADES PREVENTIVAS DAS ESCOLAS

Enviaram resposta à correspondência, preenchendo os questionários enviados, 63,3% das escolas contatadas. Este percentual pode ser considerado alto, pois pesquisas postais têm, via de regra, índices muito pequenos de retorno. Quando o assunto é delicado, como é o caso das drogas, pode-se esperar uma devolução ainda menor (Smart et al., 1980).

Entre as escolas que responderam o questionário, 44,8% promoveram alguma atividade, nos últimos dois anos, ligada à prevenção ao abuso de drogas. No entanto, em somente 18,2% destas escolas estas atividades tiveram (ou têm) um caráter sistemático (Tabela 2). A própria escola foi a principal promotora destes eventos, associada ou não a instituições de caráter religioso, médico ou filantrópico. A participação da Secretaria da Educação foi referida por apenas uma escola (Tabela 2). O público alvo foi sempre o aluno, com ou sem a participação de outros segmentos (Tabela 2).

O saldo dessas atividades foi considerado positivo na maioria dos casos, embora raramente haja explicitação dos indicadores que nortearam esta avaliação (Tabela 2). Da mesma forma, quando se perguntou sobre o conteúdo das atividades as respostas foram muito vagas (Tabela 2): a maioria dos membros da direção das escolas deram respostas genéricas como "palestra sobre os perigos das drogas", ou, "slides esclarecendo o lado científico do problema". O restante nada falou sobre conteúdo, limitando-se a descrever a estratégia pedagógica utilizada (slides, palestras, depoimentos etc.).

A abordagem do assunto "drogas" em sala de aula foi bastante freqüente entre os professores de Ciências, OSPB

e Comunicação e Expressão (Tabela 3). Tal dado contrasta com a pequena porcentagem destes que receberam algum treinamento/reciclagem, por parte dos órgãos públicos, para desempenhar tal tarefa (Tabela 3). Do total de professores das 50 escolas pesquisadas, apenas oito tinham participado de algum evento de treinamento/reciclagem ligado ao uso de drogas. Metade deles tinham recebido tal treinamento de órgão educacional (Delegacia de Ensino ou Secretaria de Educação), um na própria escola e os demais em órgãos de segurança ou saúde.

TABELA 2

**Distribuição de 22 escolas de 1º e 2º graus pesquisadas, segundo algumas características das atividades realizadas, preventivas ao abuso de drogas. Estado de São Paulo, 1989**

| CARACTERÍSTICAS                  | %     | N  |
|----------------------------------|-------|----|
| <b>Freqüência</b>                |       |    |
| Esporádica                       | 81,8  | 18 |
| Sistemática                      | 18,2  | 4  |
| <b>Público alvo (a)</b>          |       |    |
| Pais                             | 18,2  | 4  |
| Alunos                           | 100,0 | 22 |
| Comunidade                       | 18,2  | 4  |
| Professores                      | 4,5   | 1  |
| Funcionários                     | 4,5   | 1  |
| <b>Entidade promotora (a)</b>    |       |    |
| Escola (APM/Direção)             | 50,0  | 11 |
| Secretaria de Educação           | 4,5   | 1  |
| Instituições policiais           | 4,5   | 1  |
| Associações religiosas           | 13,6  | 3  |
| Instituições médicas             | 18,2  | 4  |
| Grupos filantrópicos             | 22,7  | 5  |
| <b>Saldo da atividade (b)</b>    |       |    |
| positivo (c)                     | 59,1  | 13 |
| neutro ou muito pequeno          | 22,7  | 5  |
| não sabe avaliar                 | 18,2  | 4  |
| <b>Conteúdo (b)</b>              |       |    |
| resposta genérica/evasiva (d)    | 68,2  | 15 |
| esclarecimento sobre a forma (e) | 31,8  | 7  |

- (a) As porcentagens somam mais que 100%, pois muitas escolas assinalaram mais que uma resposta.  
 (b) Opinião da direção da escola.  
 (c) Foram consideradas positivas afirmações como "toda atividade de esclarecimento é positiva" ou "serviu para conscientizar melhor as pessoas" ou simplesmente "positiva".  
 (d) Foram consideradas genéricas respostas tipo "esclarecimento sobre as drogas", "alerta para o perigo" etc.  
 (e) Foram consideradas nesta categoria respostas com indicação apenas da estratégia educacional, ou seja, respostas como "utilização de slides", "depoimentos de ex-viciados", "ciclo de palestras" etc.

TABELA 3

**Distribuição percentual dos professores de 50 escolas de 1º e 2º graus pesquisadas, conforme a frequência da abordagem em sala de aula do tema "uso de drogas", segundo a disciplina que lecionam. Estado de São Paulo, 1989**

| FREQÜÊNCIA DA ABORDAGEM DO TEMA (a) | DISCIPLINA |         |                         |
|-------------------------------------|------------|---------|-------------------------|
|                                     | Ciências   | OSP/EMC | Comunicação e Expressão |
| muitas vezes                        | 52,3       | 51,1    | 53,2                    |
| às vezes                            | 29,5       | 29,8    | 0,0                     |
| nunca                               | 18,2       | 19,1    | 46,8                    |

(a) dados fornecidos pelos professores

TABELA 4

**Distribuição percentual dos diretores de 50 escolas de 1º e 2º graus pesquisadas, quanto à atitude frente ao flagrante de alunos usando drogas e quanto a sugestões de providências em relação ao problema por parte de órgãos públicos. Estado de São Paulo, 1989**

| ATITUDES E OPINIÕES                                  | %    |
|--|------|
| Frente ao flagrante de alunos usando drogas (a,b)    |      |
| Comunicação aos pais                                 | 92,0 |
| Interação  |      |
| advertência  | 60,0 |
| diálogo  | 28,0 |
| Punição (c)  |      |
| suspensão  | 22,0 |
| expulsão   | 18,0 |
| Sugestões de medidas para os órgãos públicos (a)     |      |
| Esclarecer, informar a população                     | 76,0 |
| Aumentar repressão e controle ao tráfico             | 46,0 |
| Melhorar condições econômicas e sociais da população | 10,0 |
| Melhorar opção de tratamento médico                  | 2,0  |

- (a) As porcentagens de respostas somam mais que 100%, pois várias escolas indicaram mais de uma alternativa.  
 (b) Exceto tabaco e álcool. Nestes casos há uma menor proporção de medidas punitivas e uma maior porcentagem de atitudes de interação com o aluno.  
 (c) Estas medidas são usadas mais freqüentemente nas escolas pertencentes à rede particular do que à pública (57,1 e 28,6% para suspensão e expulsão, respectivamente).

Os membros da direção das escolas pesquisadas relataram as mais variadas atitudes em relação a um flagrante de uso de drogas dentro da escola (Tabela 4): a maioria recorre à família, e toma atitudes que podem ser consideradas de interação com o aluno (advertência/diálogo). No entanto, uma parcela não desprezível recorre a medidas

francamente punitivas: suspensão (22%) ou expulsão (18%) do aluno.

Finalmente, as sugestões destes mesmos profissionais aos órgãos públicos situaram-se fundamentalmente entre informar melhor os jovens e a população em geral sobre o que são drogas psicotrópicas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de repressão e controle ao tráfico (Tabela 4).

Melhorar as condições econômicas e sociais da população (como, por exemplo, dar mais opções de lazer e cultura aos jovens, melhorar as condições de ensino etc.) só foi apontada como uma medida importante por 10% das escolas pesquisadas (Tabela 4).

## AMADORISMO E IMPROVISAÇÃO

Os dados colhidos sugerem que a prevenção ao abuso de drogas nas escolas se operacionaliza através de atividades esporádicas, dirigidas diretamente aos alunos, promovidas por instituições não educacionais e com conteúdo incapaz de ser rememorado. Dentro da sala de aula, os dados indicam uma abordagem freqüente do tema, por pelo menos três disciplinas, apesar de ser reduzido o número de professores treinados para tal tarefa. Tais características merecem alguns comentários.

Há muito que a literatura estrangeira especializada no campo da prevenção ao abuso de drogas vem clamando pela superação do amadorismo e da improvisação na atuação junto aos jovens (Goodstadt, 1986; Herrel e Herrel, 1985; Monagas, 1988). Muitos autores colocam-se frontalmente contrários à posição de que "fazer qualquer coisa é melhor do que não fazer nada" (Monagas, 1988; Lohrman e Fors, 1986; Herrel e Herrel, 1985). Objetivos claramente delineados, planejamento, rigoroso treinamento dos profissionais envolvidos são requisitos fundamentais para que um programa de prevenção não corra o risco de transformar-se em seu contrário, ou seja, num instrumento incentivador do uso de drogas. Monagas e colaboradores (1988, p.229), estudiosos venezuelanos, afirmam a este respeito:

"Se não é possível realizar um programa preventivo com todos os seus requisitos... o mais recomendável é abster-se de cumprir qualquer atividade a respeito".

Embora tal posição possa ser considerada por alguns como extrema, o fato é que a situação detectada no presente estudo delinea uma intervenção improvisada e episódica por parte das escolas paulistas.

Da mesma maneira, muito tem-se discutido sobre qual deve ser o agente preventivo e o melhor momento para a prevenção ao abuso de drogas junto aos estudantes. Há pelo menos uma década, percebe-se um consenso na literatura elegendo o professor, desde que devidamente treinado, como um dos agentes mais indicados para tal tarefa. A ação preventiva deve se dar na sala de aula, incorporada de forma natural aos currículos de algumas disciplinas. A intervenção direta de médicos, ex-drogados, religiosos, ou mesmo educadores que não tenham um vínculo sistemático com os jovens não se mostrou profícua (Belascuain et al., 1985; Finn e O'Gorman, 1982; Negrete, 1985; Newman et al., 1984).

Tal posição, aliás, foi adotada pela atual "lei de entorpecentes" do país (Lei 6368/76). Em seu artigo 5º (capítulo I), esta diz explicitamente que os professores deverão ter, em seus cursos de formação, "ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica" e que, "dos programas das disciplinas da área de ciências naturais, integrantes dos currículos dos cursos de 1º grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica".

Porém, os resultados obtidos neste trabalho, indicando a constante atuação de entidades exteriores ao sistema de ensino diretamente junto aos alunos e a abordagem das drogas pelos professores sem uma orientação sobre o assunto revelam uma outra realidade, distante da preconizada pelos especialistas ou pela legislação.

Existe muita controvérsia sobre qual o melhor enfoque teórico para se lidar com o abuso de drogas hoje (Carlini-Cotrim e Pinsky, 1989). A maioria dos autores concorda que informar é muito importante, mas que esta é uma prática de pouco alcance quando não são abordadas, também, as condições concretas de vida que determinam o abuso de drogas nos vários segmentos populacionais como, por exemplo, falta de opções de lazer e cultura e perspectiva profissional estreita (Falck e Craig, 1988; Herrel e Herrel, 1985). A mesma limitação é percebida quando são usadas medidas meramente repressivas, além do perigo de que estas ações sejam usadas indiscriminadamente, de forma excessiva. Diante disto, as sugestões dadas pelos diretores das escolas pesquisadas sobre quais medidas os órgãos públicos deveriam tomar para diminuir o abuso de drogas revelaram uma exagerada crença no alcance da

informação e da repressão, e uma pequena ênfase nas condições materiais envolvidas na questão do abuso de drogas. Tal realidade assinala o despreparo do sistema escolar para lidar com a questão.

A eleição da escola como a instituição que, por excelência, deve lidar com a educação dos jovens em relação às drogas é questionada por alguns autores. Lohrman e Fors (1986) e Goodstadt (1986), por exemplo, acham que deve haver uma descentralização e uma diminuição de cobrança em relação ao desempenho deste papel pela instituição escolar. Argumentam eles que a gênese do problema se dá na sociedade, entendida de modo amplo, e que, portanto, sua solução não deve ser buscada setorialmente. Assim, o fato de 92% dos diretores das escolas comunicarem aos pais o flagrante de alunos usando drogas poderia ser entendido positivamente como uma medida de busca de interação. Infelizmente, no entanto, esta inter-relação foi buscada somente em momentos excepcionais, como é o caso de um flagrante. Quando se tratou de convocar pessoas para participarem de atividades preventivas, somente 18,2% das escolas incluiu a família como público alvo.

Concluindo, o presente estudo indicou um interesse das escolas pesquisadas — direção e professores — em abordar a questão do abuso de psicotrópicos, combinada com uma quase total ausência de orientação neste campo, por parte dos órgãos públicos educacionais (em que pese o constante alarde dos políticos e homens públicos de que algo está sendo feito). Tal realidade parece ser a base de ações inadequadas, desenvolvidas no cotidiano escolar por diretores e professores que apelam para, ou são procurados por, agentes externos — entidades filantrópicas, religiosas ou médicas — que oferecem seus serviços à escola na tentativa de dar conta do problema.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BELASCUIAN, M. E. et al. La capacitación del personal docente como recurso de prevención primaria en el uso indebido de drogas entre niños y adolescentes. *Boletín del Instituto Interamericano del Niño*. O.E.A., (223): 31-2, 1985.
- BRENES, L. F. V. et al. Drogas ilícitas entre universitários. *Revista AMRIGS*. Porto Alegre, (30): 140-3, 1986.
- BUSSAB, W. O. & DINI, N. P. Pesquisa de emprego e desemprego SEADE/DIEESE: regiões homogêneas da Grande São Paulo. *Revista da Fundação SEADE*. São Paulo, 1(3): 5-11, 1985.
- CARLINI, B. et al. O consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes de 1º grau na cidade de São Paulo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Rio de Janeiro, (35): 279-85, 1986.
- CARLINI, E. A. et al. O uso de drogas por estudantes de 1º e 2º graus da rede estadual em dez capitais, em 1987. In: BRASIL. Ministério da Saúde & Ministério da Justiça. *Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987*. Brasília, 1989. (Série Estudos e Projetos.)
- \_\_\_\_\_. *Segundo levantamento nacional sobre o uso de psicotrópicos por estudantes de 1º e 2º graus, em 1989*. São Paulo, EPM, 1990 (no prelo).
- CARLINI-COTRIM, B. Políticas públicas de prevenção ao abuso de drogas na escola, de 1964 até nossos dias: revisão da realidade brasileira e paulista. São Paulo. [Manuscrito em preparação.]
- CARLINI-COTRIM, B. Produção acadêmica educacional e o abuso de drogas na escola: uma revisão do Brasil pós-64. São Paulo. [Manuscrito em preparação.]
- CARLINI-COTRIM, B. & CARLINI, E. A. O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na cidade de São Paulo. *Revista ABP-APAL*. São Paulo (9): 49-58, 1987.
- CARLINI-COTRIM, B. & PINSKY, I. Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez, (69): 48-52, maio 1989.
- DONATO, A. F. *Alguns aspectos educacionais do problema da toxicomania*. São Paulo, 1970. Dissert. (mestr.) Fac. Saúde Pública/USP.
- FALCK, R. & CRAIG, R. Classroom-oriented, primary prevention programming for drug abuse. *Journal of Psychoactive Drugs*. San Francisco (California), 20(4): 403-8, 1988.
- FINN, P. & O'GORMAN, P. A. Teacher training in alcohol education: goals, approaches and content. *Journal of Drug Education*. Amityville (New York), Baywood, 12(3): 255-72, 1982.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Regiões homogêneas: um estudo dos perfis ocupacionais do interior*. São Paulo, SEADE, 1988. (Coleção Realidade Paulista.)

- GOODSTADT, M. S. Alcohol education research and practice: a logical analysis of the two realities. *Journal of Drug Education*. Amityville (New York), Baywood, 16(4): 349-65, 1986.
- GORENSTEIN, C. et al. Uso de psicoestimulantes e energizantes por universitários. *Revista da Associação Médica Brasileira*. São Paulo, (29): 45-6, 1983.
- HERREL, I. C. & HERREL, J. M. *Prevención del abuso de drogas: conceptos y estrategias*. Washington, Organización Panamericana de Salud/Oficina Regional de la Organización Mundial de Salud, 1985.
- LOHRMANN, D. K. & FORS, S. W. Can school-based educational programs really be expected to solve the adolescent drug abuse problem? *Journal of Drug Education*. Amityville (New York), Baywood, 18(4): 327-39.
- MONAGAS, B. R. et al. Orientaciones básicas sobre información y educación preventiva en materia de drogas. In: CONACUID — Comisión Nacional Contra el Uso Ilícito de las Drogas. *La cuestión de las drogas en América Latina: una visión global*. Caracas, 1988.
- MURAD, J. E. Drug abuse among students in the state of Minas Gerais, Brazil. *Bulletin on Narcotics*. (31): 49-58, 1979.
- \_\_\_\_\_. Farmacodependência em Minas Gerais. *Revista do IMESC*. São Paulo, 2: 18-38, 1982.
- NEGRETE, J. C. *Primary prevention of alcohol abuse: Latin American perspective*. Brown University Center for Latin American Studies, 1985. [Apresentado ao seminário Alcohol Use in Latin America: cultural realities and policy implications.]
- NEWMAN, I. M. et al. Effects of teacher preparation and student age on an alcohol and drug education curriculum. *Journal of Drug Education*. Amityville (New York), Baywood, 14(1): 23-35, 1984.
- PLOTNIK, R. et al. Utilização de psicotrópicos por estudantes universitários. *Revista de Pesquisa Médica*. (20): 109-13, 1986.
- RUFFINO NETTO, A. et al. Tabagismo entre acadêmicos de Ribeirão Preto, SP. *Jornal de Pneumologia*. São Paulo, 7: 163-70, 1981.
- SIMÕES, M. J. S. Tabagismo entre os acadêmicos de Araraquara, SP. *Revista Ciência Farmacêutica*. São Paulo, (4): 59-67, 1986.
- SIMÕES, M. J. S. & SIMÕES, B. J. G. Uso de psicotrópicos entre estudantes de nível secundário em Ribeirão Preto, SP. *Revista da Fac. de Farmácia e Odontologia de Araraquara*. Araraquara, (10): 287-94, 1976.
- SMART, R. G. et al. *A methodology for student drug-use surveys*. Geneva, World Health Organization, 1980. (Offset Publication, 50.)
- STEWIEN, G. T. M. & MARCONDES, R. S. Uso de cigarros entre adolescentes de uma escola de 1º grau da cidade de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, (13): 235-43, 1979.
- SZEGO, T. et al. Levantamento epidemiológico sobre o vício de fumar entre estudantes de medicina no Estado de São Paulo. *Revista da Associação Médica Brasileira*. São Paulo, (31): 13-6, 1985.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Depto. de Medicina Preventiva. Programa de Estudos Epidemiológicos. *Consumo de drogas entre escolares em Salvador: relatório de pesquisa*. Salvador, 1988.
- WEINTRAUB, M. S. et al. Consumo de maconha por escolares da 8ª série da cidade de São Paulo. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, 5: 115-21, 1976.
- \_\_\_\_\_. Consumo de maconha por escolares da 8ª série do período noturno da Região do ABC do estado de São Paulo. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, 7: 25-30, 1978.
- ZANINI, A. C. et al. Concept and use of psychoactive drugs among university students in the São Paulo area. *Drug Forum*, (6): 85-99, 1977.